

DOIS ANOS DO 8/1

Na agenda pública de atos para lembrar os ataques golpistas, amanhã, está a entrega de peças de arte recuperadas depois da destruição provocada pelos extremistas

ESTADÃO CONTEÚDO



Parte das obras de arte foi entregue, ontem, no Palácio do Planalto: itens chegaram em caminhão escoltado pela Polícia Federal

Planalto recebe obras restauradas após atos

» VICTOR CORREIA
» RENATO SOUZA

O Palácio do Planalto começou a receber, ontem, as obras restauradas após os ataques de 8 de janeiro. Ao todo, 21 peças danificadas pelos invasores passaram por um longo processo de recuperação e serão novamente expostas no local. O governo apresentará oficialmente os itens durante a cerimônia de amanhã, em memória dos dois anos dos atos golpistas.

As obras de arte chegaram em um caminhão, escoltadas por uma viatura da Polícia Federal. Elas foram carregadas pela rampa do Planalto até o segundo andar. Três delas foram entregues neste carregamento: o quadro *As Mulatas*, do pintor Emiliano Di Cavalcanti; uma escultura em madeira, feita pelo artista Frans Krajcberg; e a escultura *O Flautista*, de Bruno Giorgi.

Os itens foram restaurados por uma equipe da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em laboratório montado no subsolo do Palácio do Alvorada, residência oficial da Presidência da República.

Hoje, o Planalto receberá o relógio histórico de Balthazar Martinot, quebrado durante a invasão. O objeto foi apresentado pela Corte Francesa a Dom João IV, rei de Portugal. O relógio foi enviado à Suíça e restaurado no país europeu.

Em 8 de janeiro de 2023, extremistas apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), em uma tentativa de invalidar o resultado das urnas eletrônicas, no ano anterior, que elegeram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os golpistas depredaram a estrutura dos prédios públicos e vandalizaram itens expostos em seu interior, incluindo obras de arte. O mural de Di Cavalcanti, por exemplo, ocupava o terceiro andar do Planalto e sofreu sete cortes. Já o relógio, do século XVII, foi jogado ao chão e quebrado pelo bolsonarista Antônio Cláudio Alves Ferreira — a ação foi filmada. O extremista foi condenado pelo STF a 17 anos de prisão.

A recuperação das peças custou cerca de R\$ 2,2 milhões. O laboratório de restauração empregou mais de 30 pessoas durante o ano passado, e a equipe atuou para reparar obras em madeira, telas, papel, metal e cerâmica, materiais que demandam técnicas diferentes. As peças de arte foram documentadas, limpas, coladas, preenchidas e pintadas, de forma a restaurar sua condição o mais próximo possível do estado original.

STF

Haverá ações, também, no Supremo. O vice-presidente da Corte, Edson Fachin, conduzirá, amanhã, uma roda de conversa. O tribunal

Programação

Veja o cronograma

» Os atos começarão na Sala de Audiências do Planalto, às 9h30, com a reintegração de obras de arte restauradas.

» Uma cerimônia com a presença de autoridades está prevista para as 11h, no Salão Nobre.

» À tarde, o presidente Lula descerá a rampa do Planalto acompanhado de autoridades para participar do "Abraço da Democracia", na Praça dos Três Poderes. O ato simbólico terá representantes de movimentos sociais.

informou que participarão servidores e colaboradores que atuaram na limpeza e na reconstrução das instalações depredadas, além da restauração das obras destruídas durante a invasão.

O Supremo também lançará um hot site de memória com informações completas, que vão desde os ataques e a destruição do prédio até o processo de reconstrução e a responsabilização daqueles que invadiram e depredaram as instalações da Corte.

Além disso, ocorrerá a apresentação de obras que foram

produzidas com destroços do que sobrou no local após o vandalismo. Quatro artistas de Brasília participam do projeto: Valéria Pena-Costa, Carpio de Moraes, Marilu Cerqueira e Mário Jardim. O grupo entregará formalmente as peças ao ministro Fachin, momento em que os artistas apresentarão cada uma das obras que simbolizam a reconstrução do prédio da Suprema Corte e a prevalência da democracia.

De acordo com informações divulgadas pelo Supremo, o Manto da Democracia é o título da obra de Valéria Pena-Costa. Ela convidou cerca de 60 mulheres para reconstruir simbolicamente a toga da ministra Rosa Weber, então presidente do STF na data dos ataques de 8/1/2023. A proposta da artista é reunir o que chamou de "energia criativa" de muitas mulheres em torno de uma mulher que ocupava um dos mais altos postos de poder do país. "Um ato simbólico de identidade, solidariedade e força, manifestado através da arte."

Apresentada dentro de uma caixa de acrílico, uma pintura sobre tela com tonalidade em preto foi inspirada no luto das páginas carbonizadas da Constituição Federal. A obra é de autoria de Carpio de Moraes. Segundo o artista, a peça trará um percurso histórico em que se retrata a sociedade brasileira, desde a escravidão até os dias atuais, passando pela primeira Constituição, para representar um Brasil diverso, além de dividido social e ideologicamente.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Consagração de Fernanda Torres celebra a democracia

Na sequência do ano novo, um rito de passagem no qual as esperanças se renovam, o Brasil se ufana com a merecidíssima conquista do Globo de Ouro de melhor atriz por Fernanda Torres, protagonista do filme *Ainda estou aqui*, de Walter Salles, sucesso de bilheteria no Brasil e da crítica mundial.

O filme não repetiu o feito de *Central do Brasil*, do mesmo diretor, que ganhou o Globo de Ouro em 1999, mas redimiu a não premiação de Fernanda Montenegro, sua protagonista, diva da cultura brasileira — numa das melhores interpretações de sua carreira no cinema —, que aparece no final do filme, quando a matriarca da família Paiva já estava com Alzheimer.

Foi bonito ver ícones do cinema mundial, como Kate Winslet e Tilda Swinton, reverenciarem a vitória de Fernanda Torres, o que significa o reconhecimento também da qualidade do nosso cinema pela Associação da Imprensa Estrangeira de Hollywood, a meca da industrial cinematográfica mundial. Uma vitória da cultura brasileira e, ao mesmo tempo, um resgate da nossa história política.

Rubens Paiva era político, engenheiro e jornalista, foi deputado federal, em 1962, pelo PTB paulista. Como parlamentar, defendia reformas sociais progressistas do governo João Goulart, deposto pelos militares. Foi cassado pelo Ato Institucional nº 1, logo após o golpe militar de 1964. Eunice Paiva, sua esposa, de um dia para o outro, viu sua vida revirada, tendo que se reinventar para conduzir sozinha a família de cinco filhos, sem seu companheiro de vida, sem renda, enfrentando diariamente o medo e a incerteza de encontrá-lo vivo ou morto.

Ao contrário de outras obras do gênero, o filme de Walter Salles tem uma dramaturgia muito forte sentimental e política. Segundo a crítica de cinema Lília Lustosa, Fernanda Torres protagoniza o filme com "uma atuação contida, equilibrada e justa, talhada na medida exata para retratar uma mulher de coragem e fibra que, sem fazer escândalo, nunca se calou e nunca aceitou o desaparecimento do marido". *Ainda estou aqui* é inspirado no livro de Marcelo Rubens Paiva, seu filho, escritor, dramaturgo e jornalista paulista.

"Eunice não apenas sobreviveu à prisão e às consequências da ditadura, como usou-as como força motriz para encontrar um novo caminho. Formou-se em direito, tornou-se uma ativista das causas indígenas e dos direitos humanos dos desaparecidos durante a ditadura civil e militar, tendo sido uma das principais vozes para a promulgação da Lei 9.140/95, que reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação em atividades políticas durante esse período", destaca a crítica de cinema.

Amplio repúdio

O assassinato de Rubens Paiva só começou a ser esclarecido após o fim da ditadura. Marival Chaves, ex-agente do regime militar, anos depois, em depoimentos públicos e à Comissão Nacional da Verdade, revelou práticas sistemáticas de tortura, ocultação de cadáver e execuções realizadas pelos órgãos de repressão, incluindo o DOI-Codi.

Marival foi sargento e trabalhou no Centro de Informações do Exército (CIE). Segundo ele, o ex-deputado foi torturado "por ordens superiores". Em uma dessas sessões de tortura, não resistiu. Seu corpo foi esquartejado e descartado no mar, uma prática comum na época, para ocultar provas de assassinatos cometidos pelo regime.

Segundo o ex-agente Marival Chaves, em depoimento à Comissão da Verdade, os responsáveis seriam o coronel do Exército Rubens Paim Sampa, comandante do DOI-Codi, no Rio; o capitão do Exército Frederico Aramis de Oliveira; o major do Exército Alfredo Paulo Charlet; e o delegado do Dops e agente do DOI-Codi Manoel Thomaz Pereira.

A revisão do caso hoje está na alçada do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). *Ainda estou aqui* é um exemplo da história como presente na atual conjuntura política, na qual o ex-presidente Jair Bolsonaro e um grupo de militares, entre os quais alguns generais de Exército e um almirante de esquadra, são acusados de tentativa de golpe de Estado.

O Globo de Ouro vem às vésperas do 8 de janeiro de 2023. O que se viu naqueles atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes, quando foram depredados o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, ainda hoje é amplamente rejeitado pelos brasileiros. Um ato em repúdio ao golpismo, organizado pelo Palácio do Planalto, será realizado amanhã e reunirá representantes dos Três Poderes.

O prêmio vem também às vésperas da posse de Donald Trump na Presidência dos Estados Unidos, que volta ao poder mesmo depois da tentativa de golpe para impedir a diplomacia de Joe Biden, em 6 de janeiro de 2022. Segundo o cientista político e CEO da Quaest Felipe Nunes, os atos de 8 de janeiro de 2023 guardam semelhança com o 6 de janeiro de 2022.

Entretanto, a repercussão na opinião pública é muito diferente. Dados de pesquisas YouGov mostram que em janeiro de 2021, logo depois da invasão do Capitólio, 9% dos americanos aprovavam fortemente os atentados, enquanto no Brasil foram 4%. Em janeiro de 2022, um ano depois, esse percentual passou para 14%; no Brasil, chegou a 6%, menos da metade. Em janeiro de 2023, chegou a 20%.

Segundo Nunes, "Biden errou ao partidizar o tema. Isso permitiu aos republicanos se recuperarem do mais violento ataque à democracia americana". Pesquisa Quaest divulgada ontem mostra que ainda hoje 86% dos brasileiros desaprovam as invasões do 8 de janeiro de 2023, e 7% aprovam. Outros 7% não sabem ou não responderam.

Homem em situação de rua é absolvido

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, na sexta-feira, a absolvição e soltura de Jeferson Figueiredo, um homem em situação de rua, preso sob acusação de envolvimento nos atos antidemocráticos de 8 de Janeiro. A decisão apontou a ausência de provas de que Figueiredo tivesse agido contra o Estado Democrático de Direito.

"Não há provas de que o denunciado tenha integrado a associação criminosa, seja se amotinando no acampamento erguido nas imediações do QG do Exército, seja de outro modo contribuindo para a incitação dos crimes e arregimentação de pessoas", afirmou Moraes em sua decisão.

Jeferson foi preso preventivamente em 9 de janeiro de 2023, próximo ao Quartel-General do Exército em Brasília, onde estava acampado desde o dia 6. Ele foi liberado

dois dias depois para responder em liberdade, mas voltou à prisão em dezembro por descumprir medidas cautelares impostas pelo STF.

A defesa argumentou que Figueiredo frequentava o local em busca de abrigo e comida, devido à sua condição de vulnerabilidade social. Em depoimento, o réu afirmou que estava no acampamento apenas para "pegar comida, pois reside na rua".

A Procuradoria-Geral da República (PGR) havia denunciado Figueiredo em abril de 2023 pelos crimes de incitação ao crime, associação criminosa e concurso material de crimes. Contudo, em dezembro, apresentou parecer defendendo sua soltura, mencionando a falta de provas e sua condição social.

Jeferson está preso na Penitenciária de Andradina, em São Paulo. A Defensoria Pública da União (DPU) foi intimada da decisão ontem.

Ed Alves/CB/D.A Press



Atos de 8/1: suspeito de ataques foi absolvido por falta de provas